

OBSERVATÓRIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PELA SUSTENTABILIDADE (OPPS): DIAGNÓSTICO PRELIMINAR DOS DESAFIOS E OPORTUNIDADES VIVENCIADOS PELOS MUNICÍPIOS DE MINAS GERAIS, SUDESTE DO BRASIL

A.T.A. Nascimento, F.R. Lobo; K.S. Oliveira, A.R. de Oliveira, T.M.M. dos Santos, J.N. Magno, A.M.M. Batista

INTRODUÇÃO

Apesar de esforços recentes de divulgação científica direcionada a políticas públicas, como a Plataforma Brasileira de Biodiversidade e Serviços Ecosistêmicos (BPBES, 2018; BPBES & REBIPP, 2019), ainda existe no Brasil um abismo entre ciência e atuação política, especialmente nos níveis mais locais, dos territórios e municípios (Carneiro & Da Silva-Rosa, 2011; Gemael *et al.*, 2018). O Observatório de Políticas Públicas pela Sustentabilidade (OPPS) nasceu deste contexto e da urgência em integrar gestores políticos, empreendedores, pesquisadores e cidadãos pela solução de desafios socioambientais. Apresentamos os resultados preliminares do diagnóstico das principais demandas, necessidades e oportunidades vivenciadas pelos secretários e gestores ambientais de 59 municípios de Minas Gerais. Esta pesquisa é o passo inicial do OPPS em seu desafio de colaborar e inovar por melhores políticas públicas pela sustentabilidade nos territórios e municípios.

MATERIAIS E MÉTODOS

Minas Gerais é o estado com maior número de municípios do Brasil, com 853 prefeituras. Deste total, contatamos os cerca de 760 municípios nos quais existe um gestor público ambiental. Neste processo contamos com a colaboração, dentre outros, da Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD). Junto a uma carta de apresentação do OPPS os gestores foram convidados a responder um questionário online de 44 questões, a maioria de múltipla escolha e com possibilidade de assinalar mais de uma resposta. Pilotos foram aplicados e ajustes realizados em etapa preliminar. Dentre as questões norteadoras, destacamos: (a) Quais as principais demandas e desafios dos gestores na implementação de políticas públicas pela sustentabilidade? (b) Quais são as políticas e normas legais que mais desafiam os órgãos, instituições e agentes políticos nos municípios e territórios? (c) Como as demandas dos gestores políticos têm dialogado com a produção científica e com as inovações tecnológicas? (d) Como os mecanismos e instrumentos políticos têm sido úteis pela sustentabilidade? (e) Quais as experiências mais exitosas dos SMA e como replicá-las?

DISCUSSÃO E RESULTADOS

Até o momento de redação deste resumo (abril 2019) obtivemos 59 respostas. A maioria dos gestores públicos ambientais têm curso superior com interface a área ambiental e cerca de 15% tem apenas o ensino médio. Os principais desafios e demandas apontados na implementação de políticas públicas socioambientais foram a falta de recursos (88%) e de pessoal (55%), descontinuidade da gestão política (55%) e excesso de burocracia (48%). Quando convidados a sugerir, dos desafios e demandas, quais deveriam ser temas de pesquisas universitárias, a gestão de resíduos sólidos foi a resposta mais frequente. As leis e normas ambientais mais utilizadas no dia a dia de trabalho são as que dispõem sobre o licenciamento ambiental em Minas Gerais (DN 217/2017) e a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/2010), presentes em 78% das respostas. Os principais mecanismos e instrumentos políticos utilizados foram o “Conselho Municipal de Meio Ambiente” (91%) e a “articulação com outros órgãos ambientais” (64%). Resultado que reafirma a importância dos conselhos representativos da sociedade – recentemente ameaçados no Brasil – para gestão ambiental urbana. Em 65% dos municípios existem leis, decretos ou normatizações próprias de ordenamento socioambiental. Constatamos que em 62% dos municípios analisados existem universidades ou centros de pesquisa e 45% dos gestores já tiveram as universidades como parceiras. Porém, esta parceria é frequente em apenas 17% dos casos. A aproximação das universidades e pesquisadores são apontadas por 93% dos SMA como uma possibilidade para a melhoria na gestão ambiental dos municípios. A grande maioria dos SMA (93%) afirmaram estar dispostos a fazer parte de uma rede de colaboração para implementação de políticas públicas pela sustentabilidade. Avanços na coleta seletiva e na gestão de resíduos sólidos urbanos são as conquistas mais expressadas pelos SMA. Apenas 17% dos gestores vêem inovações científicas e tecnológicas como oportunidades. Apesar da maior parte dos gestores (84%) saberem o que é uma startup, nenhum dos municípios têm parcerias com esse perfil de empresas. Este resultado nos estimula, uma vez que etapas seguintes do OPPS divulgarão aos gestores ecostartups e inovações com potencial contribuição ao seu trabalho.

CONCLUSÃO

Este trabalho reforça a necessidade de aproximarmos gestores ambientais públicos de empreendedores, pesquisadores e cidadãos por melhores práticas e políticas públicas pela sustentabilidade – reforçando nichos de oportunidades para o OPPS. A conclusão deste diagnóstico junto aos municípios, além de uma amostragem mais robusta, irá contrapor particularidades e regionalidades do estado de Minas Gerais, buscando avaliar e contribuir com políticas estaduais com interface à sustentabilidade. Etapas seguintes preveem a aproximação entre gestores políticos municipais e empreendedores e o desenvolvimento de uma ferramenta digital capaz de fomentar, no médio-longo prazo, o desenvolvimento de uma inteligência coletiva, disruptiva e colaborativa para lidar com os complexos desafios ambientais contemporâneos. Ressaltamos ainda que o atual cenário político brasileiro leva o OPPS a um novo patamar de relevância. Após as eleições de 2018, as políticas, normas e leis socioambientais brasileiras têm sido alvo de explícita desconstrução e retrocesso. O sucateamento das políticas ambientais brasileiras ressignifica o OPPS para além do que pensamos originalmente, colocando-o na linha de frente das iniciativas comprometidas com a ciência, o diálogo, a transparência e a cooperação para que a sustentabilidade seja norteadora da democracia no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BPBES 2018. Sumário para tomadores de decisão do relatório de avaliação da Plataforma Brasileira de Biodiversidade e Serviços Ecosistêmicos. Disponível em: <https://www.bpb.es.net.br/produto/diagnostico-brasileiro/> [acessado em 27 de abril de 2019]



BPBES & REBIPP 2019. Relatório Temático sobre Polinização, Polinizadores e Produção de Alimentos no Brasil. Plataforma Brasileira de Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos (BPBES). Rede Brasileira de Interações Planta-Polinizador (REBIPP). Disponível em: <https://www.bpb.es.net.br/produto/polinizacao-producao-de-alimentos/> [acessado em 27 de abril de 2019]

CARNEIRO, M.J.; DA-SILVA-ROSA, T. 2011. The use of scientific knowledge in the decision making process of environmental public policies in Brazil. *Journal of Science Communication* 10(01): 1-10.

GEMAE, M.K.; LOYOLA R.; PENHA, J.; IZZO, T. 2018. Poor alignment of priorities between scientists and policymakers highlights the need for evidence-informed conservation in Brazil. *Perspectives in Ecology and Conservation*. V16(3): 125-132.

AGRADECIMENTOS

Programa de Auxílio à Participação de Docentes em Eventos (PAPEV) e Programa Institucional de Apoio à Pesquisa (PAPq) da UEMG.